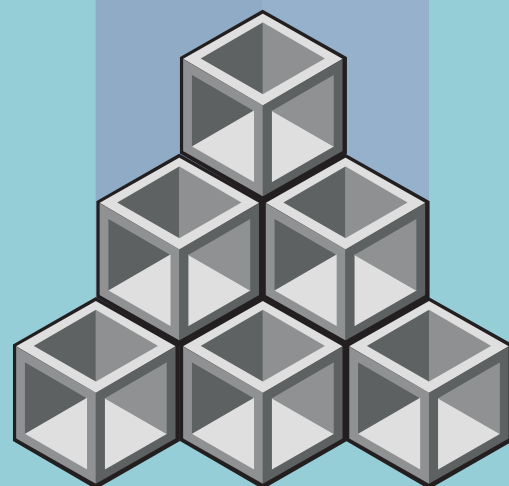


# APRENDER

com a prática  
de intercâmbios





## **APRENDER com a prática de intercâmbios**

Esta publicação é produto do Projeto Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste – Convênio 793008/2013 (CEA – Senaes/MTE) – que faz parte do Programa Nacional de Apoio e Fomento às Finanças Solidárias da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Tem o objetivo de apoiar e fomentar as iniciativas de fundos solidários da região de forma articulada, em redes territoriais, estaduais e regionais; e de promover formação, articulação e sensibilização junto a integrantes de movimentos sociais, população em geral, gestores públicos, tendo em vista o tema finanças solidárias.

#### **Centro de Estudos e Assessoria (CEA)**

SGAN, 914, conjunto F, casa 1, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.790140  
centrodeestudoseassessoria.org.br

#### **Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho**

Esplanada dos Ministérios, bloco F, 3º andar, sala 331  
Brasília-DF – CEP: 70.056-900

Esta publicação é financiada por recursos públicos.

Distribuição gratuita – proibida a venda – tiragem de 500 exemplares – impresso no Brasil

Publicação sob licença Creative Commons – alguns direitos reservados.

#### **Atribuição-NãoComercial-Compartilhual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)**



Você tem o direito de:

**Compartilhar** – copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

**Adaptar** – remixar, transformar e criar a partir do material.

Estes direitos não podem ser revogados desde que você respeite os termos da licença.



**ATRIBUIÇÃO** – Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.



**NÃOCOMERCIAL** – Você não pode usar o material para fins comerciais.



**COMPARTILHAIGUAL** – Se você remixar, transformar, ou criar a partir do material, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que o original.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.

O CEA – Centro de Estudos e Assessoria é uma organização sem fins lucrativos criada em 1997. Tem por objetivo contribuir com a melhoria das condições de vida de segmentos mais vulneráveis da população. Atua na execução, na assessoria, na pesquisa e formação, favorecendo a construção da cidadania participativa e inclusiva e dos direitos sociais.

#### **DIRETORIA-EXECUTIVA**

Ademar de Andrade Bertucci  
*Diretor Presidente*

Adenilce Maria de Araújo Silva  
*Diretora Administrativa*

Paulo Henrique de Moraes  
*Diretor Secretário*

#### **CONSELHO FISCAL**

Edilberto Sebastião D. Campos

José Boaventura Teixeira

Ronald Acioli Silveira

#### **EQUIPE DO PROJETO**

Coordenação Executiva: Synara de Almeida

Agentes de Finanças Solidárias: Alexandro da Silva Souza (MS); Rodrigo Nantes (MS); Miguelina Martinha (MT); Dalva Nascimento (MT); Cláudia Lima (GO); Paulo Moraes (DF); Elkin Páez (DF).

Equipe Técnica Administrativa: Sheyla Grippe e Henrique Silva

Consultoria: Aldeia Mundo EPP Ltda

Elaboração do texto: Marcelo Inácio de Sousa e Synara de Almeida.

Projeto gráfico e diagramação: Aldeia Mundo EPP Ltda

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 .....	9
1.1. Intercâmbio Regional de Fundos Solidários do Centro-Oeste.....	9
CAPÍTULO 2 .....	12
2.1. Pedagogia do Intercâmbio de Experiências.....	12
2.2. Educação e Economia Solidária.....	13
2.3. Educação Popular: Freire e Freinet .....	16
2.4. Passos para Colocar os Pés na Estrada.....	19
CAPÍTULO 3 .....	27
3.1. Fundos Solidários: experiências visitadas em GO e MT .....	27
CAPÍTULO 4.....	35
4.1. Aprender com a Prática do Intercâmbio .....	35
CAPÍTULO 5 .....	42
5.1. Considerações Finais.....	42
ANEXOS .....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

## APRESENTAÇÃO

“APRENDIMENTOS” é uma série de publicações que foram pensadas como ponto de partida de uma série do Centro de Estudos e Assessoria (CEA), em parceria com o empreendimento Aldeia Mundo. Observando a própria prática e refletindo sobre ela, as organizações acordaram trazer – com a forma dos produtos previstos no Projeto “Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste” – estudos, relatos de experiências e sistematizações sobre os percursos do desenvolvimento territorial e da economia solidária, produzidos a partir do trabalho conjunto.

A série é uma proposta que pretende sistematizar iniciativas e práticas, promover conteúdos que ajudem no desenvolvimento sustentável e solidário das comunidades urbanas e rurais e na gestão de seus projetos. O nome “aprendimentos” foi emprestado de Manoel de Barros, o poeta que nasceu em Cuiabá (MT) e viveu grande parte da vida em Campo Grande (MS). No poema ele conta o que aprendeu com os filósofos e arrisca dizer que “aprendeu que as folhas das árvores servem para nos ensinar a cair sem alardes”.

Desde o início, adotamos o sistema de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) em nossas ações e acreditamos que ele contribui para esta experimentação aprendente.

No trabalho com os fundos solidários na Região Centro-Oeste, na reflexão sobre o modo de funcionamento dessa iniciativa do campo das finanças solidárias, ocorreu à equipe do Projeto uma imagem que, acredito, fala tanto do fundo solidário em si, quanto também da intenção desta série de publicações.

Cresci em Belo Horizonte (MG), em um bairro que foi sendo construído junto com as primeiras famílias que ali chegaram. Essas famílias tinham a cultura de repartir entre si a “isca de pão”. Também conhecida como “pão de Cristo”, a isca é um fermento natural e cada família que recebia acrescentava um pouco mais de farinha e água, deixava fermentar (ou crescer, como se dizia) e repartia em três (3) porções: a primeira era colocada para assar e se transformava em alimento; a segunda era guardada para fazer o próximo pão e a terceira era doada para outra família, que repetia o mesmo processo de multiplicação.

A reflexão para pensar as nossas finanças aqui serve também para pensar os aprendizados através da própria prática. Este material é, para nós, fruto da prática, da reflexão sobre ela, e serve para alimentar – a nós e aos outros. Serve como fermento para as próximas ações e esperamos que cresça e alimente outras iniciativas de companheiras e companheiros que, como nós, trabalham para fazer deste mundo o lugar melhor, com igualdade social, justiça e cidadania. Lugar do bem viver de tod@s!

Aqui você irá ler o resultado da sistematização de dois (2) intercâmbios regionais de fundos solidários do Centro-Oeste, realizados nos meses de maio e

dezembro de 2015, na execução do Projeto “Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste”. O Projeto realizado pelo CEA por intermédio do convênio junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego. Três (3) temas foram pano de fundo para as experiências de intercâmbio: “Fundo Solidário”, “Território” e “Rede”. Apresentamos tanto a metodologia que experimentamos para realizá-los, quanto as referências teóricas que buscamos com a prática pedagógica. Também trazemos os relatos das quatro (4) iniciativas que receberam visitas e tudo o que acumulamos de reflexão sobre os temas propostos junto aos participantes do intercâmbio.

Boa leitura!

**Synara de Almeida**  
Coordenação de Projetos  
CEA



# CAPÍTULO 1

## 1.1. INTERCÂMBIO REGIONAL DE FUNDOS SOLIDÁRIOS DO CENTRO-OESTE

Vivenciar experiências e aprender com elas é um exercício. Nele, os movimentos sociais têm se colocado cada vez mais, com compromisso e enquanto estratégia, para ganhar força e socializar aprendizados entre si e com os outros. E o instrumento mais apropriado para conseguir aproveitar bem tudo isso é a sistematização.

Aquilo que é vivido, claro, fica na memória de cada um e cada uma que participou da atividade. Mas sem um registro fotográfico e textual, sem uma reflexão crítica sobre a ação realizada e sem a posterior comunicação, para o reforço da memória ou mesmo para conhecimento daqueles(as) que não puderam participar, é muito provável que a experiência se perca nos fios das lembranças e não gere inteligência para quem viveu ou histórico para o movimento. É essa aprendizagem que dá base para ações futuras.

O movimento de Economia Solidária (EcoSol), em especial, a coloca como ação estruturante da prática pedagógica que tem a função de manter viva a memória, apresentar o próprio olhar sobre a sociedade, dar sentido e redirecionar as práticas sociais e, por fim, enfatizar e evidenciar valores, conhecimentos e saberes construídos coletivamente.

A sistematização é um processo de reflexão crítica sobre a prática, vivenciada por participantes de uma determinada experiência na construção coletiva de conhecimentos e saberes entre as pessoas envolvidas, incorporando diversas vozes e olhares, na perspectiva de realimentar e favorecer o aprimoramento da prática social e seu potencial multiplicador, tendo em vista a transformação da sociedade (Plano de Sistematização projeto FS-CO, 2014).

No geral, ao longo do Projeto, foram pesquisados e sistematizados três (3) processos distintos e complementares: as experiências e práticas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) com fundos solidários; as experiências e práticas sobre a organização do movimento de EcoSol e, finalmente, as experiências e práticas de formação. Considera-se que todos os três (3) são fundamentais e contribuem para a produção dos conhecimentos e da consolidação das finanças solidárias e da própria EcoSol.

Ainda vale ressaltar outras motivações para o processo de sistematização realizado:

1. O registro e o resgate da trajetória da experiência, de modo a compreender melhor e aprimorar a própria prática.
2. A valorização e a potencialização da identidade do coletivo e dos saberes tradicionais.

3. A aprendizagem dos ensinamentos da experiência, com o intuito de compartilhá-los e disseminá-los de modo que seu potencial multiplicador seja favorecido.
4. A construção de uma plataforma para os processos de teorização sobre a prática vivenciada, considerando a relação ação-reflexão-ação.
5. A contribuição para o fortalecimento da gestão participativa das organizações, favorecendo a compreensão do papel de cada pessoa envolvida.
6. A identificação dos principais pontos positivos, desafios, entraves, tensões e contradições das experiências em EcoSol, para que a aprendizagem facilite a projeção de respostas e soluções adequadas.
7. A busca por uma melhor incidência em políticas públicas.

Escolhemos apresentar aqui a sistematização de duas (2) experiências de intercâmbio regional de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste, realizadas em 2015, nos estados de Goiás e Mato Grosso. Juntas, elas reuniram 88 pessoas, representantes de organizações gestoras de fundos solidários nos três (3) estados (GO, MT e MS) e no Distrito Federal. Os encontros foram pensados e realizados enquanto ação do projeto “Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste”, executado via Convênio 793008/2013, CEA -SENAES/MTE.

Os intercâmbios regionais tiveram em comum os objetivos:

1. Propiciar espaços de troca e reflexão coletiva que permitam as experiências do conhecer, partilhar e dialogar sobre questões e desafios em comum na gestão dos fundos solidários;
2. Contribuir para o fortalecimento das articulações dos Fundos Solidários na perspectiva de redes;
3. Criar estratégias de articulação e incidência política no sentido de fortalecer a economia solidária, em especial os FRS, a incidir em negociações junto aos poderes estaduais e regionais.

Para o Centro-Oeste, o exercício de sistematizar os próprios espaços e momentos de formação, com suas metodologias, no campo das Finanças Solidárias e, em particular, dos Fundos Solidários, é uma experiência nova. Os intercâmbios em si já são uma metodologia usual, a sistematização de experiência, em alguma medida, também aconteceu nos processos formativos dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES). Porém, se buscarmos a política pública de EcoSol, no eixo das Finanças Solidárias e no campo dos Fundos Solidários, atrás de encontrar a sistematização de algumas iniciativas, acabamos frustrados.

Experiências de Fundos Solidários sistematizadas são muito poucas. Talvez isso seja novidade também para outras regiões do país. Por isto, vimos os intercâmbios e as sistematizações como grande oportunidade de estímulo, para que iniciativas se envolvam com a ideia e construam mais e mais sistematizações.

Entre os(as) participantes das 30 iniciativas beneficiadas pelo Projeto, identificamos que foi uma experiência nova para a grande maioria, que nunca havia feito a atividade de intercâmbio. As organizações que receberam as visitas – a Associação Cultural e Artística de Anápolis (ACAA) e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Bom Sucesso (APROBOM), no estado de Goiás; e a Associação Resgatando Cidadania e o Centro Público de Economia Solidária, no estado do Mato Grosso – relataram que já tiveram experiências com a recepção de grupos, mas não no formato proposto na atividade do Projeto.

No primeiro intercâmbio regional em Goiânia (GO), começamos a fazer um resgate de histórias ainda na preparação da atividade. O Fórum Estadual de Economia Solidária de Goiás vivenciou uma experiência de intercâmbio no ano de 2009 e esta ação foi relatada com afetividade. Na ocasião, a atividade foi realizada em forma de “Caravana da EcoSol” e os empreendimentos rodaram todo o estado, realizando feiras e promovendo trocas de experiências onde chegavam. Os relatos que apresentamos a seguir se somam também nessa memória afetiva.

## CAPÍTULO 2

### 2.1. PEDAGOGIA DO INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS

*“Onde quer que haja mulheres e homens,  
há sempre o que fazer,  
há sempre o que ensinar,  
há sempre o que aprender”  
(Paulo Freire)*

De saída, no planejamento do intercâmbio, a equipe técnica se deparou com uma questão essencial: o intercâmbio de experiências possui um caráter pedagógico? A reflexão sobre essa primeira questão nos apoiou e guiou a preparação do encontro.

Para nós, oportunidades de intercâmbio contribuem efetivamente para a troca e a construção de novos conhecimentos porque abrem espaço para a **troca horizontal** de saberes e de experimentação. Isso, em particular, tem um valor fundamental.

Sempre que possível, intercâmbios entre empreendimentos econômicos solidários devem priorizar visitas a experiências já consolidadas – e isso significa levar em conta práticas e métodos que já passaram por processos de adaptação às condições locais. Um fator essencial ao êxito da metodologia é que as apresentações sejam feitas pelas próprias pessoas que participam dos EES que, na sua rotina diária, utilizam ou praticam a experiência que vai ser abordada.

Diversas iniciativas de setores populares guardam o propósito comum de transformação da realidade. Toda a sua ação é direcionada para a experimentação desse propósito. Tal ligação entre elas nos permite compreendê-las como **espaços de aprendizagem**. É por isso que quando estamos em um intercâmbio, tornamos sujeitos aprendentes. Podemos reconhecer não apenas a solidez de iniciativas que o outro tem realizado, mas também mergulhar nos sentidos que são atribuídos às iniciativas. No intercâmbio, saímos do lugar daquilo que nos é “familiar” e, aos poucos, cresce a pergunta: se estivéssemos nesse contexto, agiríamos de que forma? Ou ainda, uma questão que é mais provocativa: a quais elementos de nossa própria realidade essa forma de agir também se aplicaria?

Reflexões como estas colocam todas as pessoas envolvidas no processo de intercâmbio em uma dupla dimensão: a de visitantes e a de agentes ativas de uma experiência, tanto sua quando do outro. O intercâmbio de experiências tem a intencionalidade pedagógica do reconhecimento e da valorização do outro e de

sua experiência, a partir de sua legitimidade como sujeito, porque cada pessoa ali envolvida está inteira em sua presença e se coloca como sujeito de aprendizagem.

## 2.2. EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao assumir que o intercâmbio tem caráter pedagógico, demos o segundo passo que foi pensá-lo de forma a trazer, organicamente, as referências de valores e princípios da Economia Solidária e da Educação Popular. Ambas possuem nítidas convergências. São movimentos, ideias e práticas que, compartilhando uma concepção de desenvolvimento social e humano, desenham um horizonte de transformação social e de libertação; conferem papel de protagonismo aos seus sujeitos sociais; valorizam conhecimentos e práticas historicamente acumuladas e, dessa maneira, contrapõem-se às concepções e ideologias que estigmatizam o “popular” (no campo e na cidade) como lugar de desinformação, de ausência de capacidades e competências de atraso e de pobreza.

A Economia Solidária e a Educação Popular partem do território, do lugar do sujeito, enquanto referência inicial da reflexão sobre a realidade. A oportunidade de troca horizontal abre espaço para uma curiosidade mútua e a investigação que nasce dela é justamente o processo para a produção do conhecimento, capaz de colocar o sujeito em um papel ativo na ação educativa. Ao incorporar os valores da autogestão e cooperação para o espaço formativo, não se tem hierarquia entre quem ensina e quem aprende, entre aquele que é técnico e aquele que não é técnico, entre educadoras(es) e educandas(os). Mas é bem claro que as funções e os papéis nesse processo são diferentes, porém isso não implica que um tem mais valor do que o outro. É relação de troca, aprendizagem e autonomia: todas as pessoas assumem a condição de aprendizes.

Na Economia Solidária, as formações e assessoramentos são

processos contínuos de promoção, apoio e fomento à Economia Solidária tanto através da apropriação / tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico solidárias e redes de cooperação. Envolve a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida. *(Recomendação 08/2012 do CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária)*

A ideia da autogestão antes mencionada se configura como uma maneira de gerir, governar ou dar direção, que combina o trabalho cooperativo do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras nas atividades produtivas (de bens e

de serviços) e na administração, com poder de decisão compartilhado pelo coletivo, sobre o empreendimento e relação social entre as pessoas envolvidas. Para isto, é importante a posse coletiva dos meios para produzir e a justa distribuição dos resultados do trabalho. Para nosso entendimento, trata-se de uma gestão plenamente democrática. Na autogestão estamos falando de um tipo muito peculiar de democracia, direta e participativa. (CFES Nacional, 2012)

Optar por essa forma de democracia significa a oportunidade de os cidadãos intervirem diretamente nos assuntos relacionados às decisões de importância, escolhas realizadas e controle social do exercício do poder. No espaço do poder público são exemplos de instrumentos desse tipo de democracia os conselhos de direito com caráter deliberativo, as conferências nacionais, os plebiscitos, as leis de iniciativa popular e os referendos. Na EcoSol, são exemplos de instrumentos democráticos e participativos as assembleias, os fóruns, os grupos de trabalho e as plenárias.

Ainda existe outro tipo de sistema de governo que alguns grupos (dentro e fora da EcoSol) buscam aplicar internamente em seus processos de gestão: a **sociocracia** – ou a forma de governo em que a soberania é exercida pela sociedade como um todo. Para além do fato de ter se tornado um “termo na moda”, percebe-se que ela pode ser um importante propósito coletivo, inclusive para superar a atual prática de democracia representativa, bastante deturpada pelo uso impróprio em diversos setores, para benefício quase sempre de um grupo que concentra poder e recursos – também conhecida como plutocracia.

A sociocracia reúne ideias, técnicas e dispositivos para ser exercida no interior de comunidades, empreendimentos econômicos solidários, empresas de pequeno porte. Há notícias da sua experimentação inclusive em setores dentro da própria estrutura do governo brasileiro. O aspecto mais relevante está no processo de compartilhamento do poder, da tomada de decisão coletiva, da auto responsabilização.

Compreender a autogestão enquanto radicalização da democracia na gestão requer um estímulo constante e contextualizado à inteligência coletiva. Para manter a coerência e promover práticas autogestionárias, ressalta-se a necessidade de um trabalho permanente de educação que a incorpore no seu processo. Luigi Verardo, que atuou como assessor da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), chama a atenção para que no processo educativo sejam combinadas questões de ordem objetiva e subjetiva. Para ele, com o exercício é possível verificar que as percepções nas duas áreas por vezes são antagônicas e contraditórias. Entretanto, ao observar a distinção, é possível ter comportamento adequado para cada uma delas. É aí onde mora o grande desafio: quando se está no campo da EcoSol as relações precisam trazer diferenças no comportamento da disputa pela comercialização, onde impera a competitividade e a concorrência de mercado. Não desvelar de forma adequada o que está em questão (em um debate sobre o que se pensa, o que se tem como valor e as ações envolvidas nisso), nem apresentar os antagonismos que se

colocam, pode paralisar o processo de grupos que se pretendem autogestionários e solidários. O método de abordagem e de relacionamento irá determinar o conteúdo do trabalho. Ele pressupõe, necessariamente, práticas solidárias. O contrário, a prática de competição, destrói o trabalho. “É nisto que o trabalho educativo é decisivo: sem ele, nada se pode esperar”. (VERARDO, 2012)

Ainda na reflexão sobre a conexão entre educação e autogestão, são definidas três (3) vertentes:

- a) **educação NA autogestão** – que se relaciona à compreensão de que a prática da autogestão sempre demanda educação, com as formações escolar e técnica para a apresentação dos conteúdos. É de conhecimento geral que a baixa escolaridade ou mesmo o acesso a processos educativos formais são fortes entraves ao direito do acesso à informação e, por extensão, ao poder de decisão. Por isso, formações (técnicas e escolares) são importantes para o pleno exercício da atividade profissional e da capacidade autogestionária.
- b) **educação PARA autogestão** – que envolve a escolha do método mais apropriado para promover oportunidades de aprendizagem da autogestão contextualizadas na prática diária dos próprios empreendimentos, com temas e questões que permitam às(aos) trabalhadoras(es) tratar das questões organizacionais, tais como cooperativismo e associativismo, faturamento e retiradas, custo de produção e ponto de equilíbrio, com elementos da prática autogestionária.
- c) **educação PELA autogestão** – que é a aprendizagem que nasce da própria prática de autogestão. É encaminhar processos, dentro do empreendimento, envolvendo as pessoas e promovendo a participação ativa de maneira pedagógica. Para tanto, não dizer que algo não está correto: é importante ir à raiz da questão, envolvendo e construindo a responsabilidade compartilhada com os procedimentos corretos.

Cada uma das vertentes que conectam educação e autogestão tem um papel importante a ser reconhecido. É necessário ter atenção para evitar equívocos ou fazer uma coisa pela outra, misturando-as e perdendo, desta forma, a potência e qualidade de cada uma. Na complementação ou integração das vertentes “devem ser preservadas as características e papéis essenciais de cada, porque sem identidade não se dá a interação e tampouco a clareza necessária para integração adequada” (VERARDO, 2012). É essencial também ter em mente que

“A metodologia do trabalho educativo não se dá apenas pela consciência (conscientização), pela teoria, pelo discurso. Mas também não se dá apenas pelas ações concretas, mudanças materiais, práticas, organização do espaço produtivo, do processo de

produção e serviço. Há necessidade de refletir sobre o próprio fazer. Também não se dá fazendo todas elas juntas porque superação requer integração, interatividade, envolvimento do coletivo, nova forma de organização, metodologia de trabalho que seja adequada à construção de um projeto coletivo.” (VERARDO, 2012)

Na EcoSol é importante que o processo educativo esteja sempre no centro das instâncias de decisão – seja na relação interna entre trabalhadores(as) de um empreendimento; seja entre dois ou mais empreendimentos; seja na relação entre um EES e a entidade de apoio e fomento (EAF); ou seja, ainda, entre os três agentes principais desse campo: EES, EAF e poder público. A educação deve se manter regular, transversal, contextualizada, favorecedora da estruturação na dinâmica da gestão coletiva.

### 2.3. EDUCAÇÃO POPULAR: FREIRE E FREINET

O intercâmbio é uma prática que se coloca no paradigma educacional emancipador dos sujeitos. Para olhar a ação com base na Educação Popular, tomamos por referência Paulo Freire e Célestin Freinet. O primeiro, nossa maior referência, define a educação popular como **prática libertadora**, fomentadora da transformação social, via relação dialógica – ou a partir do diálogo. Freinet, através da proposta de integrar trabalho (prática) aos estudos, propõe a pedagogia a partir a autogestão do conhecimento, levando em consideração o senso de responsabilidade, a sociabilidade, o julgamento pessoal, a autonomia, a criatividade, a comunicação, a reflexão individual e coletiva e a afetividade (SANTOS, CASTRO, AMORIM, 2012).

Hoje a Educação Popular pode ser compreendida de algumas formas e carrega como perspectivas a educação das classes populares, os saberes de uma comunidade, os conhecimentos do povo. Tanto Freire quanto Freinet relacionaram-na com a tríade cultura, política e sociedade. A “educação para a prática da liberdade” possibilita a conscientização de sujeitos na busca pela transformação social, porque a partir da relação de diálogo entre educandos e educadores são construídos conhecimentos significativos. Freinet também fundamenta a sua pedagogia nesta mesma tríade e soma a ela a ideia de autogestão do conhecimento. (SANTOS, CASTRO, AMORIM, 2012)

Para Brandão (2012) a Educação Popular exige o repensar do próprio sentido da palavra educação, porque ela parece só existir fora da escola, à margem de uma “educação escolar”. O autor defende que ela tem diversos modos de ser e apresenta quatro (4) sentidos diferentes para educação popular:

- 1) como a educação da comunidade primitiva, anterior à divisão social do saber (saber popular e saber científico);



- 2) como a educação do ensino público (democratização do saber escolar a partir da escola pública);
- 3) como a educação das classes populares (movimento de trabalho político com as classes populares através da educação); e
- 4) como a educação da sociedade igualitária.

Brandão argumenta que, para além desses sentidos, a Educação Popular é a forma que o educador comprometido se coloca junto ao educando e na sua ação de maneira participante. Em todas as situações, parte da observação e da reflexão sobre a prática, da troca de experiências entre as pessoas, que passam a acessar informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. “A Educação Popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado”, (BRANDÃO, 2012)

Na proposta de Freire, o domínio do conhecimento é algo significativo, mas se deve ir além, assegurando que ele seja bem compreendido e trabalhado em ambientes que favoreçam a dialogicidade. Na sua proposta de ação, os ambientes de aprendizagem precisam ser espaços de trocas onde as necessidades “concreto-vividas” sejam exploradas e utilizadas no percurso de ensino-aprendizagem. A ação pedagógica precisa de curiosidade epistemológica, rigorosidade, criatividade, problematização e diálogo. (SANTOS, CASTRO, AMORIM, 2012).

Ambos, educador e educando, são pessoas que aprendentes e juntos vão dando significado ao mundo e às relações, desenvolvendo uma relação horizontal. Todos sabem, relacionam-se e aprendem. Nessa interrelação, mediada pelo diálogo e pela palavra, tomam consciência de seus saberes, suas falhas, sua situação no mundo e com o mundo.

Para a alfabetização de adultos no Nordeste brasileiro, Freire propôs os “Círculos de Cultura”, ainda na década de 1960. Eles foram concebidos enquanto espaços de encontros onde as pessoas podiam discutir problemas, organizar-se e propor ações de interesse coletivo. As participantes escolhem temas geradores para o debate e o papel de quem conduz é coordenar com diálogo, sem influir ou impor a sua visão de mundo. A Educação ganha o sentido de ação cultural para a liberdade. Se inicia com a leitura do mundo para chegar à leitura da palavra e cada um poder se reinventar. (GOMEZ, 2014)

Para chegar aos temas geradores é preciso colocar (a partir de algumas contradições) a situação existencial que tem relação com o grupo na forma de um problema que demanda resposta, tanto no nível intelectual quanto no nível da ação. A fala precisa sintonizar com uma situação social que faça parte da realidade do grupo. Para acontecer o diálogo entre as pessoas aprendentes, é preciso que o(a) educador(a) tenha a habilidade de perceber as condições estruturais nas quais o pensar e a linguagem do grupo se constituíram, dialeticamente. Esse processo (de investigação e busca do universo temático ou do conjunto de temas

geradores) que possibilita a tomada da consciência que conecta o diálogo da educação como prática da liberdade. O que é buscado é o pensamento-linguagem sobre a realidade e não as **pessoas como objeto** dessa investigação. O que não quer dizer que os próprios investigadores não se impliquem também nesta relação como parte dela (FREIRE, 2007).

Por sua vez, Freinet foi um pedagogo francês que nasceu em 15 de outubro de 1896 e já era professor primário desde os 24 anos. Fez de sua vida uma luta constante pela transformação da escola do seu tempo – burocratizada, distante da família e dogmática. Defendia que na escola o aluno deveria encontrar a vida, de forma que ele pudesse se preparar para ela sendo “artesão de sua própria educação, sujeito capaz de participar, de forma crítica e criativa, da construção de uma nova sociedade que lhe garanta um desenvolvimento integral, o mais humano e harmonioso possível” (ELIAS, 1997). Para ele, a escola deveria estar integrada com outros espaços da vida do aluno (família, comunidade) e contextualizada em termos culturais.

Na ideia do francês, o conhecimento deve se processar de forma prazerosa e significativa. A educação pelo trabalho (entendida como a atividade prática) é base e motor para a Educação Popular. O trabalho e a atividade mental devem andar juntos, contextualizados na vida e no processo social, porque teoria e prática não se opõem. Ao contrário, complementam-se: uma não pode prescindir da outra. A pedagogia de Freinet ficou conhecida como “Pedagogia do Bom Senso” por causa dos seguintes princípios:

- 1) Confiança e respeito no ser humano e em seus direitos – todas as pessoas querem ser bem-sucedidas e o fracasso inibe e destrói o ânimo e o entusiasmo; por isso a pedagogia utiliza o êxito na atividade para estimular a aprendizagem. O respeito ao direito da pessoa que aprende é pré-condição para que ela possa viver e desenvolver-se plenamente como tal e, futuramente, defender os direitos de outras pessoas. E o respeito deve ser mútuo.
- 2) Abertura da escola para a vida e para o futuro – entendida por nós como espaço de aprendizagem em todos os contextos, a escola precisa se modernizar. Ela tem que “encontrar a vida” no sentido de estar a seu serviço, de dar-lhe um objetivo. A vida está em constante mudança e a escola deve ser capaz de acompanhá-las.
- 3) Tateamento Experimental (TE) – a pessoa que aprende deve conhecer pelo tato – ir tateando – e, assim, ir experimentando. Freinet fala que é preciso ensinar um certo **rigor** no pensamento. A formação científica das pessoas, ao longo do desenvolvimento da sua personalidade, precisa estar diretamente ligada à sua vivência do cotidiano. O TE é um processo de **pesquisa reflexiva** que se desenvolve no ritmo de aprendizagem de cada um. Para ele, “os únicos conhecimentos que podem influenciar o comportamento de um indivíduo são aqueles que ele descobre sozinho e dos quais ele se apropria” (ELIAS, 1997).

- 4) Expressão Livre – esse um princípio central na pedagogia de Freinet. O(A) educador(a) apoia o(a) educando(a) para que ele(ela) possa se expressar das mais diversas formas (oral, escrita, artística, musical ou outras) a partir de um clima de confiança, aceitação, alegria, cooperação, afetividade, para que exercite liberdade e a responsabilidade. Com apoio do(a) educador(a), a pessoa se torna auto gestora da sua atividade.
- 5) Organização cooperativa do grupo – todas as ações são desenvolvidas a partir disso. A pessoa que aprende é parte de uma comunidade na qual ela tanto serve quanto é servida; esse princípio traz o aprendizado sobre assumir responsabilidades, cumprir compromissos, tornar-se livre e autônoma.
- 6) Educação pelo trabalho – é uma referência já comentada, como uma atividade livre definida em um plano de atividades montado pela própria pessoa no contexto do grupo em que está inserida. É o motor de qualquer processo de aprendizagem.
- 7) Individualização do trabalho – ao invés de um trabalho de rebanho, as pessoas preferem um trabalho individual ou em equipe, em um grupo que coopera. A partir das atividades a pessoa pode progredir no seu ritmo, necessidade e aptidões.

Outro ponto ainda a ser destacado na proposta de Freinet é que a educação é ação e é intervenção. Ao não separar a ação pedagógica da vida, é preciso reconhecer que a educação é um processo intencional que precisa ter objetivos claros, saber o que se quer e onde se pretende chegar. Para Freinet não existe educação não diretiva, pois, toda educação dirige! É importante uma direção que permita a construção, estimule a reflexão, contribua para um pensamento autônomo e para dinâmicas de auto formação participada. “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos, de técnicas), mas sim por meio de um trabalho de reflexão crítica sobre a própria prática, um trabalho que possibilite a reconstrução permanente da identidade pessoal” (ELIAS, 1997).

## 2.4. PASSOS PARA COLOCAR OS PÉS NA ESTRADA

O intercâmbio contribui com o desafio da construção de conhecimentos das iniciativas da EcoSol – em especial dos fundos solidários – para que sejam potenciais nas conexões entre movimento, ciência e prática, bem como no desenvolvimento de processos sociais capazes de interligar as dimensões. Nessa construção, não basta apenas um conjunto de técnicas, um conjunto de teses e um conjunto de pessoas interessadas. Torna-se fundamental compreender as formas de vinculação das três referências em um processo só.

Vele perceber a relevância do desenvolvimento de uma estratégia coletiva de formação para o movimento de EcoSol da região buscando estabelecer

processos educativos a partir da relação dialógica entre diferentes sujeitos, orientado pelo resgate e valorização dos saberes populares, em uma dinâmica marcada pelo entrelaçamento dos saberes populares e científicos, na produção de conhecimentos novos, úteis e compartilhados.

A reflexão e a elaboração de metodologias de trabalho que, da mesma maneira que os fundos solidários, não sejam “um fim em si mesma” tem imenso valor, desde que possam se reinventar e criar referências novas no diálogo contínuo com os saberes e práticas cotidianas. Para a organização de dois (2) intercâmbios regionais de fundos solidários no Centro-Oeste, organizamos as atividades para execução do intercâmbio em três (3) tempos: preparação, intercâmbio e sistematização. Isso porque eles estavam incluídos em uma estratégia de PMAS (Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização).

Foram propostos no planejamento três (3) eixos distintos e complementares para o trabalho da sistematização de experiências:

- 1) Experiências e práticas dos empreendimentos;
- 2) Experiências e práticas sobre a organização do movimento EcoSol;
- 3) Experiências e práticas de formação.

Os três objetos são importantes e a escolha deles contribui à produção dos conhecimentos e à consolidação das finanças e da EcoSol. Ressaltam-se entre as principais motivações que mobilizaram o processo de sistematização proposto:

- 1) O registro e o resgate da trajetória das experiências, de modo a compreender melhor e aprimorar a própria prática;
- 2) A valorização e a potencialização da identidade do coletivo e dos saberes tradicionais;
- 3) A aprendizagem dos ensinamentos da experiência, com o intuito de compartilhá-los e disseminá-los de modo que seu potencial multiplicador seja favorecido.
- 4) A construção de plataforma para os processos de teorização sobre a prática vivenciada, considerando a relação ação-reflexão-ação.
- 5) A contribuição ao fortalecimento da gestão participativa das organizações, favorecendo a compreensão do papel de cada pessoa envolvida.
- 6) A identificação dos principais pontos positivos, desafios, entraves, tensões e contradições das experiências em EcoSol, para que a aprendizagem facilite a projeção de respostas e soluções adequadas.
- 7) A busca por uma melhor incidência em políticas públicas.

A sistematização no projeto foi realizada em dois (2) níveis, o primeiro realizado com a equipe técnica e a consultoria contratada para ajudar na leitura da situação social dos fundos solidários. O trabalho serviu ao acompanhamento do PMAS, ação atribuída ao Conselho Gestor do Projeto. O segundo ocorreu

diretamente nos intercâmbios regionais (e o acumulado da reflexão consta nesta publicação). É relevante destacar que tivemos duas (2) coordenações pedagógicas diferentes, uma para cada momento de intercâmbio. Entretanto, a linha geral de construção dos momentos permaneceu como identidade no modo de tecer o intercâmbio. A seguir apresentamos os elementos que compuseram esse processo. Por opção pela clareza, vamos apresentar os três (3) tempos, para dar uma visão mais distinta e ampla sobre como foi se desdobrando o intercâmbio:

## **PREPARAÇÃO**

O primeiro e o segundo intercâmbio regional começaram semanas antes das visitas de campo. No planejamento, iniciado muitos dias antes, começamos a desenhar seus objetivos, como eles poderiam ajudar na estratégia de organização de rede (prevista no Projeto) e de fortalecimento das iniciativas de fundos solidários. A consulta foi feita às agentes locais sobre as iniciativas interessantes e com disponibilidade para receber visitas, junto com a avaliação do orçamento e dos custos para a realização. Por fim, foram escolhidas as iniciativas para o intercâmbio, que seriam visitadas levando em conta tudo o que estava em perspectiva. Alguns dias foram dedicados para esse percurso, em ambas as atividades. Escolhidas as iniciativas, alguns itens precisavam estar disponíveis para receber os grupos dos intercâmbios.

Preparamos alguns materiais de suporte à realização dos intercâmbios, um deles foi um texto que apresentava um pouco da história das iniciativas que iriam receber os intercâmbios. Foi importante o cuidado na medida em que os(as) participantes deveriam escolher qual iniciativa iriam visitar (ao todo, foram quatro iniciativas visitadas, duas no primeiro e duas no segundo). Para isso, contamos com o apoio das agentes locais do Projeto que levantaram o conteúdo para os textos. O roteiro para elaboração dos textos teve os seguintes eixos:

- a) Histórico;
- b) Forma de organização, quantidade de pessoas e EES envolvidos;
- c) Característica do local (território) onde estão situadas as iniciativas;
- d) O Fundo Solidário: como funciona e resultado financeiro alcançado;
- e) Parcerias / espaços políticos que participam.

Contamos também com o apoio das agentes locais para a preparação dos quatro (4) grupos produtivos para receber as visitas de intercâmbio, uma vez que para todos eles aquilo era uma nova atividade. Houve conversas para que os grupos compreendessem o significado e objetivo do intercâmbio; junto com cada grupo foram montados os roteiros para as visitas – envolvendo a chegada dos(das) visitantes, o conteúdo que seria apresentado, de que forma, local onde as pessoas iriam ficar, organização dos tempos para cada etapa, quem do empreendimento ficaria responsável por cada momento.

As visitas foram organizadas no espaço e no tempo, dentro de uma programação mais geral do intercâmbio, contando os momentos de deslocamento da hospedagem até o local onde estava o grupo produtivo e o mais o retorno, além do período em que a visita, propriamente dita, iria acontecer. Cada grupo deu a sua identidade para esse momento, com místicas, músicas, dinâmicas etc. Como exemplo disso, é possível citar a visita ao Fundo Solidário Resgatando Cidadania (MT), grupo no qual um dos núcleos de produção trabalha com a confecção. Para mostrar como funciona o Fundo, o grupo organizou uma oficina de composição de preços e simularam uma situação concreta onde havia encomenda de camisetas.

Fizeram todo o cálculo dos custos para depois organizar a parte da composição de preço: 10% do recurso que vai para o Fundo rotativo, 20% vai para o Fundo de Depreciação dos equipamentos, mais nota fiscal, impostos, transporte, tecido, pintura, água, luz e mão de obra.

Uma camisa recortada em papel craft, com um tamanho bem grande, foi utilizada para a facilitação visual das “partes” que compõem o preço da camisa. Fixada na parede, a “camisa” ilustrava todos os recursos que estão contidos nos preços e como precisa ser calculado o preço final.

Em ambos intercâmbios foram preparados cadernos de campo para os(as) participantes. Eles continham:

- 1) O convite (ou carta-convite) apresentando a proposta de intercâmbio regional.
- 2) A programação do intercâmbio e as demais atividades previstas.
- 3) Um pequeno relato de apresentação das iniciativas que seriam visitadas.
- 4) Os textos de apoio que iriam orientar a reflexão posterior às visitas; escolhemos alguns temas para refletir com os(as) participantes e compilamos pequenos textos (não passaram de uma página).
- 5) Folhas em branco para anotações pessoais

Na primeira atividade de intercâmbio ainda foi feito um roteiro com perguntas norteadoras para as visitas. Os textos de apoio ao intercâmbio tiveram os seguintes temas:

1º Intercâmbio Regional: Pedagogia do Intercâmbio, Construção da Identidade Territorial, Fundos Solidários – tecendo redes que fortalecem os fundos solidários no Centro-Oeste.

2º Intercâmbio Regional: Fundos Solidários, Redes, Território e Sistematização.

Três (3) temas foram trabalhados nos dois (2) intercâmbios: fundos solidários, território e rede. Colocamos no anexo os textos dos cadernos de campo.

## INTERCÂMBIO

Nos dois intercâmbios regionais construímos percursos parecidos, entretanto utilizando instrumentos diferentes em alguns momentos. No geral, fizemos os seguintes passos:

### PRIMEIRO MOMENTO

- a) Acolhida e apresentação dos participantes – foi realizada uma dinâmica, onde o(a) participante segura uma flor e expressa: “me disseram que sou uma flor”, então diz seu nome e fala de onde veio; então, passa a flor para a próxima pessoa com a frase: “a flor é você”. A próxima pega a flor e repete o processo até que todas se apresentem. Em seguida, todas foram convidadas a pegar uma flor do Cerrado e colocar na toalha estendida no centro da sala, junto com os produtos que foram trazidos para a atividade.
- b) Apresentação da programação, da proposta do intercâmbio e do caderno de campo.
- c) Construção dos acordos de convivência – foi realizada uma dinâmica com os sinais de trânsito (sendo o verde aquilo que é incentivado e permitido; o amarelo aquilo que pode ser feito, mas com atenção e cuidado; e o vermelho aquilo que deve ser evitado por todas as pessoas), para definir junto com o grupo os acordos para a convivência durante o intercâmbio regional. Os acordos são anotados em um cartaz e fixado na parede.
- d) Organização dos grupos de cogestão (ou grupos de trabalho) – nas atividades formativas da EcoSol, essa é uma prática permanente que visa promover a participação das pessoas. Para os intercâmbios regionais foram organizados os seguintes GTs:
  - a. RELATORIA – responsável pelo registro escrito do encontro, que serve de apoio à elaboração dos relatórios e registro da memória do encontro;
  - b. COMUNICAÇÃO – responsável por fazer registros fotográficos e audiovisuais da atividade;
  - c. ANIMAÇÃO E MÍSTICA – responsável por realizar atividades de integração específicas, de acordo com o conteúdo de cada momento da atividade (reflexão, sensibilização e integração); e por realizar momentos de descontração ao longo da programação, para afastar o cansaço e o sono eventual; o grupo ficou também com a atribuição de preparar a atividade cultural durante uma das noites nos intercâmbios.

- d. AVALIAÇÃO – responsável por propor instrumentos e momentos avaliativos, tanto durante o processo quanto ao final, quando observamos o que aconteceu no percurso, os conteúdos que foram abordados e a auto avaliação.
  - e. AMBIENTAÇÃO (também chamado GT de Infraestrutura) – responsável por cuidar e propor maneiras de organização da infraestrutura do encontro (limpeza, organização do espaço, horários, respeito ao ambiente); ele chama atenção para a coleta seletiva, o uso dos recursos naturais e para o cuidado com o bem-estar geral do grupo.
  - f. COORDENAÇÃO – é composto pelo mesmo grupo que já havia ficado estabelecido antes do intercâmbio com a responsabilidade da preparação; também é composto com a coordenação executiva e pedagógica do Projeto, com as(os) agentes locais e parceiros; esse grupo, no geral, responde pela orientação das tarefas e atividades da formação, bem como acompanha e reorganiza o percurso das ações, caso necessário.
- e) Apresentação e debate dos conteúdos específicos (textos) – no segundo intercâmbio foram utilizadas vídeo-cartas sobre cada um dos conteúdos. Elas foram pensadas para apoiar os debates, com o suporte de um facilitador para a mediação dos diálogos trazidos pelas(pelos) participantes sobre o assunto. No primeiro intercâmbio, as pessoas foram convidadas a fazer um “cochicho” em grupo, debatendo o que para elas significava cada um dos três (3) eixos (fundos solidários, rede, território). Cada significado trazido foi anotado em tarjetas e ajudaram a compor um painel de significados. Em seguida, houve momento para comentários sobre os entendimentos: o que chamou atenção; o que parece ser comum e o que parece ser diferente; como isto se relaciona com a realidade de cada um; que elementos concretos ajudam a perceber cada um dos eixos.
- f) Apresentação e debate sobre as perguntas orientadoras – a partir da discussão anterior, as pessoas reformularam as questões propostas (que seriam levadas para as visitas); ainda foi feita uma reflexão coletiva sobre a abordagem do grupo, com o cuidado de não fazer críticas ao colocar as questões, sempre buscando contribuir com quem está recebendo a visita.
- g) Divisão do grupo para realização das visitas – é o momento quando solicitamos a cada representante da iniciativa a ser visitada que apresente, de forma mais geral, a experiência do grupo. Então, dois passos são importantes: primeiro, as pessoas se reúnem por estado e decidem juntos onde cada pessoa deve ir (é importante que o grupo esteja presente nas duas experiências, porque pode trocar impressões depois); segundo, cada participante manifesta em plenária a sua preferência de visita e, na medida em são apresentadas as escolhas, os nomes são escritos em colunas diferentes, correspondendo ao local a



ser visitado. Quando uma experiência tem um número muito maior de pessoas interessadas, é negociada uma troca, para que a quantidade de pessoas em cada local não seja desproporcional.

- h) Cogestão na visita – a proposta pedagógica é que haja um processo de autogestão na visita. Assim como quem está recebendo as pessoas tem a tarefa de acolher e organizar atividade, também os(as) visitantes precisam se organizar entre si para não gerar desconforto aos anfitriões e anfitriãs. Em relação a cada grupo para visita foi sugerido tirar responsáveis por tarefas específicas:
- a. COORDENAÇÃO – responsável pela organização geral do grupo em cada momento, por representá-los e por zelar para que ninguém fique para trás.
  - b. COMUNICAÇÃO – responsável por fazer o registro fotográfico e audiovisual para que não fiquem todas tirando fotos ao mesmo tempo.
  - c. RELATORIA E SISTEMATIZAÇÃO – responsável por tomar notas da visita para ajudar na sistematização e organização da apresentação para o outro grupo (que visitou a segunda experiência).

## SEGUNDO MOMENTO

- a) A realização da visita propriamente dita.
- b) O acompanhamento é sempre feito pelos representantes do GT de Coordenação, que se divide para acompanhar os dois (2) grupos e deve ficar atento para acompanhar e lembrar (caso necessário) o que foi acordado.
- c) As visitas contam com tempo dedicado a conhecer as experiências, fazer conversar e trocar experiências.
- d) Após o retorno, é assegurado um momento em grupo para que as pessoas sistematizem as informações e organizem a apresentação (nas apresentações dos grupos nos intercâmbios foram realizados com vídeos, teatro, apresentação de fotos em slides, relatos orais, mural de ideias com o que chamou atenção na visita.

## TERCEIRO MOMENTO

- a) Apresentação das sistematizações das visitas.
- b) A partir dos grupos de trabalho do primeiro dia, retomamos o conteúdo trabalhado nos textos. Foi solicitado aos(às) participantes que identificassem (a partir das visitas) o que perceberam em relação aos conteúdos debatidos no primeiro momento. As respostas foram anotadas em tarjetas e compuseram um segundo painel. Em seguida, houve um momento de comentários sobre o que chamou a atenção, o que parecia de comum e de diferente, como isto se relaciona com a realidade de cada um.

Cabe ressaltar que os grupos de trabalho vão se inserindo ao longo da programação a partir do seu próprio planejamento de ação. É importante a programação deixar momentos reservados para que eles possam se organizar.

O primeiro intercâmbio, em função das distâncias das iniciativas a serem visitadas, foi realizado em três (3) dias, um momento para cada dia. Já o segundo intercâmbio foi realizado em dois (2) dias, sendo que o segundo dia reuniu os momentos 2 e 3. Na avaliação da coordenação técnica, foi possível fazer todos os passos. Porém, o tempo para preparação da sistematização, para a apresentação dos grupos e para o debate exige um maior controle do tempo e habilidade na facilitação dos debates e na condução do processo.

## **SISTEMATIZAÇÃO**

Esse momento consistiu em:

- Reunião, organização, arquivamento e análise das informações produzidas pelo intercâmbio (relatos, fotos, vídeos, áudios, textos).
- Elaboração do relatório de sistematização de cada experiência.
- Reunião do GT de Coordenação para avaliação da atividade tanto na parte pedagógica quanto no cumprimento dos seus objetivos.
- Registro dos aprendizados para próximas formações, publicações e processo de PMAS (Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização) do Projeto.

## CAPÍTULO 3

### 3.1. FUNDOS SOLIDÁRIOS: EXPERIÊNCIAS VISITADAS EM GO E MT

Em 2015 foram realizados dois (2) intercâmbios regionais que reuniram os(as) representantes de três (3) estados do Centro-Oeste e do Distrito Federal, entre representantes de fundos solidários, parceiros e gestores públicos.

O primeiro aconteceu no mês de maio e reuniu 41 pessoas no município de Goiânia (GO). As iniciativas visitadas estavam localizadas nas cidades de Anápolis (distante cerca de 67 Km de Goiânia) e Nazário (a 80 Km de Goiânia), ambas situadas na região metropolitana de Goiânia. Em Anápolis, a experiência funciona na sede; em Nazário, na área rural.

O segundo intercâmbio regional aconteceu no início de dezembro e reuniu 47 pessoas no município de Várzea Grande (MT). As duas (2) iniciativas visitadas se encontravam em Cuiabá, uma no Centro e outra no bairro Planalto.

Apresentamos as experiências visitadas nos intercâmbios, que foram base e referência para o debate do espaço de formação, a seguir.

#### **APRO-BOM**

*Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Bom Sucesso*

*Localização: Faz. Bom Sucesso, s/n (GO-060, Km 70) - Nazário/GO.*

*Contato: Iva Ana Resende*

#### **Histórico**

A APRO-BOM é formada por vinte (20) famílias de agricultores e agricultoras familiares da Região do Bom Sucesso, localizada em Nazário/GO. Desde 2001 promovem desenvolvimento rural sustentável com a comercialização de sua produção, crédito rural e assistência técnica; além de participar de formações nas temáticas da Economia Solidária, Educação Popular, Agricultura Familiar, Juventude e Mulheres. Surgiu devido às dificuldades enfrentadas pelas famílias em manter suas pequenas propriedades, que as levou à busca de alternativas e parcerias para melhoria no manejo da produção. Durante três (3) anos, participou do programa estadual de Apoio às Lavouras Comunitárias e as primeiras culturas produzidas na lavoura foram milho e arroz. Uma parte da produção era destinada à Organização das Voluntárias de Goiás e a maior parte era dividida entre agricultoras e agricultores do Bom Sucesso.

Quatro anos depois, ao participarem de um curso sobre Liderança Sindical em Iporá/GO, as mulheres que estavam na APRO-BOM despertaram interesse de formar outra associação. Em diálogos com parceiros, resolveram que as mulheres poderiam assumir a associação existente antes composta apenas pelos homens. A organização das mulheres se deu na produção de alimentos com tempero, conservas de pimenta, geleias, polpas de fruta (abacaxi, acerola, maracujá, manga

e tamarindo) e doces. Para melhorar a produção, foi encaminhado um projeto à Fundação Banco do Brasil para aquisição de equipamentos para agroindústria de processamento de alimentos. Em 2006 o projeto foi contemplado.

A APRO-BOM participa do PRONAF, PAA e PNAE com hortifrutigranjeiros (galinha e ovos caipira, polvilho, farinha, banana, mandioca, milho verde, cenoura, beterraba, tomate e alface), temperos e polpas de frutas. Também comercializa na CEASA, em feiras livres (Nazário/GO), na Feira do Produtor da Vila Nova (Goiânia/GO) e em eventos como a Feira Agro Centro-Oeste Familiar, organizada pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Na Região, a APRO-BOM participa ativamente de espaços políticos como os conselhos municipais de Meio Ambiente e da Merenda Escolar, Fórum Goiano de Economia Solidária, Centro de Formação de Economia Solidária e o Conselho Estadual de Economia Solidária.

### **Organização**

A APRO-BOM planeja suas ações de forma coletiva. A presidente convoca associados e associadas para participar de reuniões mensais, geralmente. Mas se há urgência de resolver algum assunto, qualquer pessoa associada pode convocar reuniões de interesse coletivo. A diretoria é formada com presidência, vice-presidência, secretaria e tesouraria. O Conselho Fiscal possui três (3) titulares e três (3) suplentes. As decisões são tomadas por meio de votação, mas o consenso prevalece na maioria das vezes. Periodicamente são feitas reuniões de aprovação de projetos, pagamento de produtos e prestação de contas. Cerca de 70% dos associados participa com frequência das reuniões e assembleias.

A produção, a comercialização e o consumo dos alimentos e outros produtos têm como princípio a preservação da vida, da saúde e das tradições, além de estabelecer o comércio e o consumo justos, éticos, responsáveis e solidários, através de compras diretas de agricultoras/es familiares do Bom Sucesso. Poucas matérias-primas são adquiridas no comércio convencional.

### **FUNDO SOLIDÁRIO**

*Nome: Fundo Solidário Agroindústria do Cerrado*

*Ano de início: 2005*

*Abrangência: Comunitário*

*Perfil: Rural*

### **Surgimento**

As mulheres na agroindústria tiveram necessidade de investimento para aquisição de embalagens para comercialização dos produtos. Viram a chance de constituir um fundo onde pudessem dispor de recursos para investimentos não previstos inicialmente ou para outras necessidades das participantes.

### **Sustentabilidade e Gestão**

Nos últimos quatro (4) anos, organizaram a produção e comercialização de forma coletiva, com o convênio firmado com o PAA e o PNAE. Então, 3% da comercialização passou a ser destinado ao fundo.

A prestação de contas é apresentada às associadas pela Tesouraria da APRO-BOM durante as assembleias. A Associação possui livro caixa onde são anotadas as entradas, saídas e movimentação bancária. A informação fica disponível e pode ser consultada pelas associadas e comunidade.

### **Parcerias**

- Prefeitura Municipal de Nazário/GO, com veículos (caminhão e ônibus) e maquinários para escoamento da produção;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com cursos técnicos de agroindústria e produção de alimentos.
- Escola Centro-Oeste de Formação da Central Única dos Trabalhadores (ECO-CUT) e Centro de Formação em Economia Solidária (CFES-CO), com formações de agricultores(as) familiares na temática de EcoSol.
- Centro de Estudos e Assessoria (CEA), com assessoramento sobre Fundos Rotativos Solidários.
- Fundação Banco do Brasil, com equipamentos para agroindústria.
- Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER GO) e Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE/UFG), com assessoria técnica.
- SEBRAE – com capacitação das Boas Práticas de Fabricação (BPF).

### **ACAA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE ANÁPOLIS**

*Associação Cultural e Artística de Anápolis - ACAA*

*Endereço: Rua 5, s/n – Bairro Boa Vista – Anápolis/GO –*

*Contato: Cláudia Regina*

### **Histórico**

A ACAA tem por objetivo resgatar, promover e divulgar os valores culturais de Anápolis, desenvolver parcerias entre poder público e empresários e, através de incentivos artísticos e culturais, resgatar jovens de situação de risco. Representa diversos segmentos artísticos, inclusive da fiação e tecelagem, sendo uma referência cultural e de apoio à comunidade.

A Associação desenvolve em sua sede diversos projetos, entre eles oficinas de dança (ballet) e capoeira. Os projetos Cidadão do Futuro (de percussão, com material reaproveitado) e Boca do Lixo (com aulas de música utilizando só instrumentos de percussão confeccionados na oficina) promovem a sensibilização

da comunidade nos contextos culturais e ambientais. Outro projeto, o Bumba-boi, proporciona espetáculos e oficinas de dança.

São todos cursos gratuitos, destinados à população que de alguma forma precisa de uma atividade (seja ela produtiva ou não), especialmente para jovens que vivem em situação de risco. As atividades são realizadas com o envolvimento da comunidade e acompanhamento das famílias envolvidas, alinhando saberes e fazeres de culturas tradicionais como o trabalho da tecelagem, onde as fiandeiras e tecelãs com até 90 anos se reúnem (semanalmente) e cardam, fiam, tecem, cozinham, cantam e contam histórias. A tradição já conta mais de trinta anos, no antigo prédio do Centro de Aprendizagem em Tecelagem de Anápolis, hoje Associação Cultural e Artística, dando continuidade aos trabalhos.

Outras atividades oferecidas pela ACAA são aulas de dança do ventre, de salão, desenho e pintura em tela, para crianças e jovens sem distinção de idade, classe social ou religião. A ACAA possui cerca de 50 associados(as) envolvidos(as) na produção de artesanatos, tapetes e colchas, que são comercializados em pontos fixos e em um shopping da cidade.

### **FUNDO SOLIDÁRIO**

*Nome: Fundo Solidário da Associação Artístico Cultural de Anápolis*

*Ano de início: 2010*

*Abrangência: Municipal*

*Perfil: Urbano*

### **Surgimento**

A estratégia buscava dar autonomia e ter recurso disponível para que as atividades artísticas e de produção de associados(as) não parassem por falta de investimento. O início do fundo foi a obtenção do recurso de R\$ 3.000,00 para aquisição da matéria prima para a produção do tear. Era recurso previsto no projeto Fios da Memória, mas os artesãos toparam retornar uma parte do valor da comercialização dos produtos para a formação do fundo.

### **Sustentabilidade e Gestão**

É depositado 10% da comercialização de produtos e serviços em um fundo e o restante é investido em matéria prima ou partilhado entre os(as) associados(as).

O recurso do fundo é utilizado por associados(as) para investimento nas atividades produtivas e de serviços (compra de material para figurino, locomoção dos integrantes em serviços como apresentações artísticas e oficinas, aquisição de matéria prima para encomendas). O controle das entradas e saídas é feito com planilhas e um comitê gestor que faz a análise e os empréstimos. A prestação de contas é apresentada em assembleias.

### **Produtos e Serviços**

- Dança do Jongo Iracema.
- Teatro.
- Capoeira.
- Dança do Ventre.
- Oficina de Tecelagem e Fiação.
- Dança do Bumba Meu Boi.
- Artes Plásticas.
- Loja de Artesanato.

#### **Clientes:**

- Comercialização em Shopping e na Loja (na sede da ACAA).
- Feiras livres.
- Empresas.

#### **Parcerias**

- UniEvangélica - Centro Universitário de Anápolis.
- Prefeitura Municipal de Anápolis.
- Secretaria Estadual de Cultura de Goiás
- Fórum Goiano de Economia Solidária.

### **CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO MATO GROSSO**

*Central de Comercialização de Economia Solidária do Mato Grosso*

*Endereço: Rua Antônio João, 360, Centro - Cuiabá/MT*

*Contato: Carmem Melo*

#### **História**

A história da Central de Comercialização de Economia Solidária do Mato Grosso se mistura um pouco com a própria história do movimento de EcoSol no estado. O Fórum Estadual foi criado em 2005, na Delegacia Regional do Trabalho em Cuiabá/MT, em uma reunião representativa da diversidade de organizações e comunidades, representantes dos EES, assessorias, gestores e simpatizantes. Uma das propostas iniciais do grupo foi constituir a Central de Comercialização para reunir os empreendimentos estaduais.

Todavia, antes de concretizada a proposta, a primeira feira estadual de EcoSol foi realizada, ainda em 2005. Aconteceu no campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e recebeu um público de vinte e cinco mil visitantes nos cinco dias de evento. Teve apoio das secretarias de Cultura de Cuiabá e do Mato Grosso. O principal jornal da cidade – a Folha do Estado – publicou notas sobre a Feira diariamente, durante um mês. Participaram 52 empreendimentos, vindos de 36 municípios do estado. A Feira integrou produtos de diversos setores: indígenas, quilombolas, assentamentos, agricultura familiar, artesanato, confecção, reciclagem e alimentação. Na programação foram incluídas

formações, programação cultural, redes cuiabanas para descanso e até um desfile de moda. Foi momento de grande visibilidade e mobilização da opinião pública.

Com o sucesso, o Fórum decidiu fazer a ocupação imediata do prédio onde hoje está localizada a Central de Comercialização. O edifício é propriedade da Superintendência Regional do Trabalho (MT). No primeiro momento, a Migue Confecção ficou responsável pelo espaço, que passou a ser referência também para reuniões do Fórum, formações e projetos. O espaço manteve-se aberto durante um ano, diariamente. Em alguns momentos a Central já contou com até sessenta (60) EES. Hoje a manutenção do local é um ato de resistência.

Em 2008, com apoio do GT de Formação, foi sistematizado e aprovado em assembleia o funcionamento da Central (com regimento interno). Ficou definido, por exemplo, que seriam considerados principalmente os produtos regionais. Atualmente, os mais frequentes no espaço são os grupos Tapuru, Esperança, Recicrie, Arte e Vida e Migue Confecção. Os produtos principais são acessórios de moda; alimentação (castanha de baru, piché, mel e outros produtos da agricultura familiar); artesanatos em crochê e reciclagem; artigos para decoração; produtos de higiene e limpeza; e vestuário.

A loja funciona de 8 às 18 horas (de segunda a sexta) e de 8 às 12 horas (sábados). A equipe responsável é feita por escala: uma (1) pessoa responsável pelo caixa e duas (2) pessoas no atendimento ao cliente. É feita a contabilidade das vendas de produtos diariamente, para que a equipe seguinte possa acompanhar. Acertos de vendas são realizados semanalmente. O sonho dos EES que estão na Central é poder estruturar melhor o espaço com reforma, sistema de cartões de crédito, internet e moeda social. Eles tentam também registrar o estatuto da Central e qualificar os produtos dos EES urbanos e rurais.

## **FUNDO SOLIDÁRIO**

O Fundo Rotativo Solidário Uirapuru foi criado em 2012 com a doação de R\$ 212,00 – a partir da demanda de grupos que queriam trabalhar, mas não tinham recursos para comprar matéria prima. Daí foi novamente viabilizado o espaço da loja e fortalecidos os grupos em torno da Central. Uma iniciativa de comercialização de pastéis nas feiras e em outros pontos capitalizou o Fundo.

Atualmente, o Uirapuru é formado por contribuições mensais de R\$ 5,00 de cada participante, sendo que 30% do Fundo sempre permanece em caixa (o restante pode ser emprestado). As pessoas que integram o Fundo apresentam demandas à reunião mensal, o grupo avalia e o empréstimo é feito primeiro para quem tem urgência (não apenas para insumos, mas também para necessidades pessoais). O Fundo é composto por 32 pessoas, entre agricultoras(es) familiares, artesãs(os), costureiras(os), catadoras(es) de materiais recicláveis, educadoras(es) e indígenas dos empreendimentos.



## **CENTRO DE REFERÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO HUMANO**

*Endereço: Rua Nevada, 54, Bairro Planalto, Cuiabá-MT*

*Loja Bolicho Solidário – Pça. do Seminário, 239, Bairro Dom Aquino*

*Contato: Miguelina Martinha Sampaio*

### **HISTÓRICO**

O Centro de Referência em Desenvolvimento Humano (CRDH) é um local de atividades culturais, esportivas, recreativas e laborais onde são trabalhadas as relações humanas, promovendo o desenvolvimento em todas as suas dimensões. Contribui para uma melhor qualidade de vida na região onde está situado. Tem como objetivo a promoção de atividades formativas e produtivas que incentivem a formação de EES em geral, tanto para o desenvolvimento de atividades esportivas culturais e recreativas (que favoreçam a convivência comunitária) quanto para geração de renda e para o desenvolvimento local sustentável.

Além de cursos de EcoSol, também oferece à comunidade qualificações em corte e costura, bordado criativo (com design regional - Cerrado e Pantanal), artesanato (feltro, bordado em chinelo, pintura em tecido, peti-aplique, confecção de camisetas e peças íntimas e bonecas. No Centro funcionam grupos produtivo de confecção, horta comunitária e padaria comunitária; no local existe também um espaço de acolhida e ressocialização para dependentes químicos e para o atendimento às famílias.

A Associação Resgatando Cidadania respondia, inicialmente, pelo CRDH. Desde 2010 tem trabalhado em parceria com a Rede Cidadã (na oferta dos cursos de corte e costura). Em 2013, firmou parceria com a Fundação Bom Jesus de Cuiabá (FBJC) para fortalecer EES que estão no CRDH. Um ano depois, a FBJC passou ser a entidade responsável pelo espaço.

### **FUNDO SOLIDÁRIO**

O Fundo Solidário da Resgatando Cidadania foi mapeado em 2013. Ele reúne os grupos Flor do Cerrado, Tece Vidas e Recriando Vida (de Cuiabá/MT) e a Comunidade Ensino e Vida José de Anchieta (de N.Sra. do Livramento/MT). Dentro de um projeto elaborado ao próprio CRDH foi previsto recurso inicial ao Fundo Solidário; uma formação foi realizada e o grupo aceitou acolher a estratégia de organização da produção. O Fundo começou a funcionar e a FBJC assumiu o acompanhamento.

Mas diante da rotatividade de participantes nos grupos do CDRH, que se aproximam da Resgatando Cidadania, há necessidade de manutenção das formações técnicas e em EcoSol. É fácil constatar uma certa fragilidade nos processos de organização do Fundo, mas ele tem se mantido em funcionamento desde 2010 de forma contínua.

Durante o intercâmbio regional, foi o Fundo Solidário Cerrado que foi apresentado. Ele está vinculado ao grupo produtivo de confecção Flor do Cerrado.

As mulheres que integram o grupo são moradoras do bairro Areal e Pedregal e utilizam o espaço do Centro para produzirem. Elas constituíram o seu próprio fundo solidário em 2013 (com R\$ 200,00) e hoje gerenciam um pouco menos de R\$ 3.000,00. Já fazem empréstimos de R\$ 50,00 até R\$ 250,00, para necessidades pessoais ou para investimento na produção e manutenção do espaço. A reunião para controle e gestão do fundo é feita mensalmente. Para manter o Fundo sustentável, o grupo decidiu sempre acrescentar 10% na composição dos preços de produtos para o FS Cerrado.

Ano passado, com o apoio da FBJC, foi criada a loja Bolicho Solidário, onde o Flor do Cerrado e outros EES comercializam produtos. Foi criado um Fundo específico para a loja que fica sob coordenação da FBJC e dos EES. Quando eles têm necessidade maior de investimento na produção, a FBJC repassa o recurso, que é depois devolvido. O bazar solidário, organizado na loja, também é fonte de recursos para o Fundo. Quando uma pessoa participa da formação em confecção no CRDH geralmente produz três (3) peças, sendo que uma (1) fica com ela, uma (1) fica com a educadora e a uma (1) é doada para comercialização no bazar.

## CAPÍTULO 4

### 4.1. APRENDER COM A PRÁTICA DO INTERCÂMBIO

No diálogo de construção sobre a “Concepção de Fundo Solidário e Articulação em Rede: desafios para fortalecer o território” foram apresentados os textos de apoio dos intercâmbios (anexos) que tinham por tema os eixos “fundos solidários”, “redes” e “território”. O foco principal do planejamento de ambos foi trabalhar a interseção entre os três (3) eixos. Além de discutir em quais territórios estamos, quais os raios de ação, como fortalecemos a ação em rede e como os fundos solidários se constituem como estratégias favoráveis para que ocorra uma transformação.

Então, a principal tarefa colocada para cada atividade foi dialogar sobre esses elementos e nos preparar para a visita. O desafio para cada participante era refletir e perceber na prática onde os textos e as visitas ao campo se conectavam. Intercalando momentos de leitura, debates em grupo, plenárias e visitas, fomos colaborando para a leitura da situação social e para os entendimentos pessoais.

Os intercâmbios ajudaram a compreender melhor que os EES são, em boa parte dos grupos, uma atividade econômica de prioridade secundária para as pessoas. O Centro-Oeste, historicamente, teve o menor volume de investimento da política pública de EcoSol comparado às outras regiões.

Outros dados importantes para leitura dessa situação estão no mapa das Organizações da Sociedade Civil do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O Centro-Oeste é a região com menor presença de organizações que atuam na área da economia solidária (dados de 2014). Com atuação na região a pesquisa identificou – a partir de dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – apenas três (3) organizações (os dados estão no site [mapaosc.ipea.gov.br](http://mapaosc.ipea.gov.br)).

A situação social indica o frágil acúmulo neste campo (especialmente em termos de política pública). Na área dos fundos solidários, por exemplo, a primeira iniciativa (projeto) que tivemos notícias foi a que realizou o mapeamento e, além disso, promoveu algumas formações. Parte significativa dos grupos produtivos estruturaram suas iniciativas diante da necessidade inicial de financiamento (e da impossibilidade de acessar o sistema bancário convencional). A partir do acesso aos materiais formativos de outras regiões e oficinas promovidas por militantes da EcoSol, uma parcela pequena das experiências organizou seus fundos para participar dos editais dos fundos Diocesanos e Nacional de Solidariedade, que incentivaram grupos produtivos a implementarem fundos.

Universidades e incubadoras não trabalham especificamente com fundos solidários em suas metodologias. Foram os próprios grupos produtivos que buscaram, com tentativas e erros, descobrir os vários aspectos dessa realidade, sem um trabalho sistemático e intencional de formação e assessoramento para o desenvolvendo das experiências. Foram encontrando seu jeito de fazer fundos

solidários, dando sua cara, aceitando os erros e percebendo a riqueza das estratégias de organização dos EES.

Na medida em que foi avançando na execução o Projeto foi encontrando sua forma de dialogar e propor estratégias para fortalecer as iniciativas. No primeiro momento, o trabalho foi de visibilizar as próprias iniciativas de fundos solidários que, sem uma identidade mais estruturada, mesclavam as finanças à própria atividade produtiva e comercial.

A importante conclusão do Projeto foi de que não deveríamos tipificar ou compartimentalizar fundos solidários de maneira superficial, pois seria fácil incorrer em erros. Porque quando eles se configuram como **atividade fim** – prestando serviços financeiros de forma direta – alguns critérios e categorias são possíveis de deduzir. Mas quando são **atividades meio**, sua ação é transversal e estruturante da prática coletiva, sendo difícil identificar quando ela começa e quando termina. Precipitar uma definição para trazer conforto ao processo é também uma forma de “descartar” a complexidade e “limpar” a diversidade.

É essencial que a estratégia das finanças (e, por extensão, dos fundos) esteja presente nos debates, planos e ações de desenvolvimento da EcoSol como um todo, seja nos grupos, nas redes ou nas cadeias. A ação precisa fortalecer a economia no próprio território, revelando uma compreensão sobre o sistema e não apenas um acesso ao crédito. É crucial fazer a identificação e distinção do papel específico que o fundo solidário representa na dinâmica da EcoSol, evitando a confusão primária com o capital de giro do EES, por exemplo. Misturar um com o outro também é uma perda no potencial e na qualidade que caracterizam cada um dos recursos.

Nas conversas sobre Fundos Solidários fomos reunindo elementos sobre como os grupos percebem a dinâmica dos recursos e as suas potencialidades. Existem Fundos Solidários para diferentes necessidades: no fundo de Nascentes, em Rondonópolis/MT, o recurso é a água e a madeira; mas na Paraíba, tem fundos solidários de sementes, cercas de arame, campos de palma, fogões ecológicos ou pequenos animais. Importa, na gestão do Fundo, que se tenha estratégias para promoção do **giro** – esse o principal padrão dos fundos solidários, que estabelece a diferença marcante com relação aos principais fundos de fomento. Nos fundos solidários geridos pela comunidade, o recurso deve retornar a fim de assegurar a atenção às demandas de outros grupos ou pessoas.

Mas esse padrão ainda não nos permite definir que “todos” os fundos de fomento trabalham sem a perspectivas de reembolso (e rotatividade de recursos). Mais comuns no passado, hoje praticamente todos os fundos de fomento trabalham com editais para pequenos projetos. Mas alguns já trabalham com rotatividade, dependendo apenas da sua musculatura financeira: a Rede Unidos Vivendo em Ação (UVA) é um exemplo disso.

Os fundos solidários organizam diversas estratégias para mobilizar recursos (monetários ou não). Para iniciar, o recurso pode vir de uma doação, um projeto, uma festa que o grupo organiza, ou mesmo uma operação comercial onde cada pessoa contribuiu com um pouco de matéria prima para fazer os produtos. Após o início, o grupo deve compreender a dinâmica da rotatividade, sob pena de comprometer a sustentabilidade.

Nenhum dos fundos solidários participantes dos intercâmbios regionais tinha a prática de cobrar juros sobre o recurso emprestado: o padrão mais recorrente é ter mensalidades para fazer o recurso “crescer”. Outras práticas comuns são as festas, doações e vendas de produtos, bingos e “galinhadas”. Nas casas de sementes, no entanto, a quantidade de semente devolvida costuma ser maior do que a tomada de empréstimo.

## **TERRITÓRIOS E INCIDÊNCIA SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA**

Em relação à sustentabilidade, um debate relevante do Projeto foi sobre o acesso aos recursos públicos e à política, por direito. Os grupos do MT, por exemplo, a partir da incidência junto ao Conselho Estadual de Economia Solidária, conseguiu negociar para que parte dos recursos do Programa de Ações Integradas em Economia Solidária (convênio entre os governos estadual e federal) atendessem às comunidades com atividades voltadas especificamente aos fundos solidários. Goiás fez o mesmo movimento.

A construção da visibilidade também foi o percurso adotado em relação aos territórios de atuação. Tanto nas visitas quanto nas abordagens dos temas e nas vivências, o exercício foi ir percebendo e refletindo, onde o assunto fazia sentido e “dava liga”. Interessante perceber que as próprias vivências foram sendo conectadas ao assunto, fazendo florescer outra compreensão da influência dos territórios na organização da EcoSol. Diferentes casos no escopo do Projeto ajudaram a perceber a relação entre território e área de atuação.

A ideia de território pode variar porque é complexa e viva. Para os EES do Fundo Cerrado, por exemplo, o território era todo o estado (uma vez que a Central do MT, que os reunia, tem alcance estadual). O mesmo acontece com a Central de Comercialização do Mato Grosso do Sul. Mas ao abordar os(as) integrantes dos grupos, em diferentes contextos, seu território poderia ser o bairro, uma região de uma cidade, ou um grupo de municípios com perfil econômico semelhante. Para APRO-BOM e ACAA a relação econômica de território é com o município (em um primeiro momento), mas a relação política da EcoSol se dá a partir da Rede Berço das Águas, cujo território é estadual.

Em Goiás, as pessoas participantes lembraram de um primeiro encontro do Projeto, quando no desafio de pensar “qual o nosso território?”, olhando para um mapa, o grupo foi organizando os territórios a partir da localização dos empreendimentos, características da região, tipo de ação do fundo e definiram

quatro eixos / territórios que nomearam de Eixo “Norte Açu”, Eixo da Fé (por causa das festas religiosas), Eixo da BR 020, Eixo das Sementes. Desta forma também podemos construir a primeira referência de territórios.

O conceito de território passou por um grande engessamento com o nascimento do Programa Territórios da Cidadania. Para execução da política, adotou-se que o **território rural** se define por sua identidade social econômica e cultural com os seguintes REQUISITOS:

- conjunto de municípios com até 50 mil habitantes;
- densidade populacional menor que 80 habitantes por km<sup>2</sup>;
- organizados em territórios rurais de identidade;
- integrados com consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (MI).

E com os seguintes CRITÉRIOS TÉCNICOS, para identificação de quais seriam o foco da atuação do Programa:

- menor IDH;
- maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária;
- maior concentração de populações quilombolas e indígenas;
- maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- maior número de municípios com baixo dinamismo econômico;
- maior organização social;
- pelo menos um território por estado da federação

Ao definir o **campo de atuação** da política, encerrou o debate sobre os **campos de forças** em ação nos territórios, nas disputas por espaço, por recurso ou mesmo por identidade. Se todas as vezes que nos depararmos com o debate sobre território resgatarmos um conceito historicamente referenciado, arriscamos a morte da ideia de território que está viva naquele local, naquele instante, naquele campo de forças no movimento de seu devir.

Algumas vezes o conceito de território vem com estigmas e preconceitos; denunciam exclusões sociais. Em algum momento da história se definiu que catadores e catadoras eram população de rua – e que o território dos(das) catadores(as) era o lixão, ou o território da pobreza. É preciso ficar atento. Foi lembrado o município de Mariana (MG), como território de área de risco por causa da ação das mineradoras.

Ficou claro no debate do grupo que o território tem pelo menos três (3) aspectos relevantes para identificá-lo:

- 1) espaço (natureza, meio ambiente);
- 2) fatos que têm relação com a questão da cultura e da identidade; e

3) a história de como o lugar foi e está sendo ocupado.

Território é um termo que fala do espaço e das coisas que acontecem nele. Fatos falam da cultura, onde pessoas vão construindo sua história na relação social e com o lugar. É preciso cuidado e atenção: a humanidade constrói a sua cultura pela história; e o “dono da história” se confunde com o “dono do território”. A história no Centro-Oeste mostra um processo histórico que ainda permanece, onde povos perderam a posse da terra em nome de um suposto desenvolvimento. Os movimentos sociais encontram resistência no avanço do agronegócio, que domina e ocupa cada vez mais espaços, degradando o meio ambiente.

Território fala da identidade e é possível identificar algumas características sobre as pessoas, a partir de suas apresentações do lugar de onde estão vindo. Quando a pessoa se apresenta como “assentada da reforma agrária”, é possível compreender algo sobre a sua história, que está ligada a um território. Ao se apresentar como integrante do movimento Hip Hop de Santa Maria/DF, a pessoa fala de um lugar, ao mesmo tempo, muito referenciado espacialmente e muito além de uma cidade satélite – o território é a “quebrada” e ela está em todas as cidades.

Milton Santos (2007) fala de uma ideia de territorialidade conectada com o pertencimento. O território pertence às pessoas que o habitam, da mesma forma que as pessoas pertencem àquele território. A EcoSol tenta fazer com que o território onde o EES e a rede acontecem, seja conquistado por aqueles que ali vivem. Com o capitalismo é o contrário: o território não pertence às pessoas, a terra pertence ao capital, que explora os territórios. Para o sistema, nem as pessoas são livres; elas (e a sua força de trabalho) também pertencem ao capital e precisa ser explorado.

## **REDES DE COOPERAÇÃO E ECONOMIA DE PROXIMIDADE**

Ao enfatizar o local, falamos também da **economia da proximidade**, que é feita a partir das relações de confiança, para compreender os processos de interação entre os(as) agentes.

Associada à percepção do território, utilizamos como referência no debate a ideia das **redes solidárias**, desenvolvida por Euclides Mance. Em reflexões e falas de participantes, ficou clara a perspectiva das redes que se conectam por segmento, por eixo econômico. O Projeto buscou trabalhar a região com a orientação de que as redes de cooperação solidária são uma articulação com base no território, onde estão integradas produção, comercialização, consumo e finanças para desenvolvimento do território e bem viver das pessoas.

É certo que o termo “rede” está na berlinda e seu uso perdeu a força. Como rede tomamos muitas experiências do campo da EcoSol (e de outras áreas) e já não sabemos afirmar com convicção se essa é uma estratégia de articulação

popular ou se é uma nova denominação no mercado capitalista. Existem articulações que se auto declaram redes, mas ao serem analisadas em sua organização interna, por exemplo, têm um desenho de cadeia produtiva. Tem rede na EcoSol que, de fato, são apenas um grupo de pessoas reunidas em torno de um nome, mas nem se percebem como coletivo.

Os EES reunidos nos intercâmbios regionais conheciam ou faziam parte de articulações em redes no campo da comercialização e produção. Algumas delas, mesmo assim, adotam procedimentos de cadeia, com um conjunto de etapas consecutivas, ao longo das quais os diversos insumos sofrem algum tipo de transformação. Existe abertura para a transição desses procedimentos e um desafio identificado com os grupos diz respeito à integração com o consumidor. A comercialização ainda é feita em um mercado competitivo e capitalista e todo o esforço para produzir em redes de cooperação solidária esbarram no balcão da feira, onde o preço tem maior peso.

Há necessidade de criar um outro mercado para os empreendimentos, com o consumidor consciente. No Centro-Oeste, proporcionalmente, temos poucos grupos de consumo e existem muitas iniciativas que não estão no movimento EcoSol – como é o caso das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA). É preciso promover o intercâmbio com essas iniciativas, para que na rede de cooperação solidária seja possível reunir consumidores e produtores em uma mesma organização, em um mesmo território.

A importância da articulação, do diálogo e da convergência foi consenso entre todas as pessoas participantes. A integração é, inclusive, ponto de partida na EcoSol, somando esforços e agindo em cadeia (ou em rede). Nesta organização de diferentes propósitos, produtos, pessoas e sonhos, o desafio maior é a maneira de trabalhar em rede, compartilhando visões, ideias e insumos, ancorando experiências de sucesso em outras iniciativas que estão começando, sem perder a consciência do que diferencia cada empreendimento e faz dele uma prática única. É preciso delicadeza para perceber em que momento é necessário verticalizar sem mandar e em que ocasião é essencial horizontalizar sem desorganizar. Não é tão fácil, mas é possível descobrir o ponto da virada em cada experiência, sem apelar para conceitos generalizantes e autoritarismos: quando estamos em ciranda é difícil ver quais pessoas estão puxando a roda. Ela gira mesmo assim.

Nos EES há uma preocupação de experimentar processos democráticos onde esta perspectiva de representatividade possa ser menos pesada, ainda que seja necessária (às vezes). Muitas pessoas ficam – por algum tempo – à vontade com a representação (cargos, assentos, títulos, vagas etc.). Porém, todas cansam, uma hora ou outra. E o exercício da representação desgasta e adoce as pessoas, aliena as que colaboram diariamente e inibe o nascimento de novas lideranças.

A estrutura e a representação não podem ser absolutas e encarar essa questão, com o passar do tempo, é uma obrigação. A tendência natural dos grupos é de criar comissões, diretoria, presidências, espaços de poder (ao invés de



grupos de trabalho autogeridos). A matriz do nosso conhecimento moderno nos empurra para pensar primeiro nas estruturas para garantir o funcionamento, depois no comando das estruturas. Mas o que vemos acontecer é que pessoas se acostumam com a posição de comando e vão permanecendo nas estruturas, perdendo de vista o fundamental: o desenvolvimento humano e a economia de proximidade.

Os intercâmbios ajudam a perceber que é preciso pensar em abordagens, metodologias, assessorias e formações que ajudem no processo de autogestão das redes. É mais fácil, aparentemente, praticar autogestão com um pequeno grupo. Mas como manter ou desenvolver a autogestão quando ficamos maiores e integramos outros grupos? É possível crescer sem ir engolindo os outros (menores)? A rede surge não só como espaço amplo de articulação, mas também como processo de aprendizagem para alavancar processos totalmente novos. Ficaram algumas questões sobre as maneiras de fortalecer uma rede da articulação do Centro-Oeste, para que ela não seja apenas a reunião de partes isoladas (como um quebra cabeça) e dê continuidade ao processo. A prática mais comum tem sido participar de encontros e depois voltar calada(o) para as bases.

Os intercâmbios regionais produziram muitas reflexões, principalmente sobre o processo de desenvolvimento da EcoSol na região. Os três (3) temas (território, rede e fundo solidário) foram considerados referências fundamentais. O pertencimento e a conquista do território foram considerados de extrema importância, uma vez que enraíza e alimenta os EES e a rede. É relevante a conquista do espaço rural, mas também do urbano – essa é a primeira condição para se exercer a democracia de forma direta e participativa. Os encontros colocaram aos grupos o compromisso de fortalecimento em rede, para construir outra democracia a partir de outra economia.

## CAPÍTULO 5

### 5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No encerramento do primeiro intercâmbio regional, em Goiânia/GO, uma mística foi tecida pela coordenação pedagógica para fechar os trabalhos, com avaliação do grupo e conselhos para as próximas atividades.

“Partilhamos sabores, partilhamos saberes, partilhamos o pão, e assim, nós também deixamos o pão. Este pão não é resto e nem é sobra: é parte de uma partilha para aqueles que ainda virão, para os próximos nos outros momentos, nos outros lugares, nos outros territórios, nos outros espaços, nas outras regiões. Sempre vai ter um pão que não é resto, mas que é dividido. O pão que é solidário, este é o verdadeiro sentido da solidariedade. Não vamos dar o que não queremos mais, não vamos dar o que sobrou, vamos dar aquilo que nós damos valor, fruto do nosso trabalho. Assim como cada um de vocês dividiu aqui o fruto do trabalho, este pão também é fruto do trabalho que vai ficar para uma próxima partilha, para um próximo momento. É com este fruto do trabalho que agradecemos a presença de vocês aqui. Por vocês mais uma vez terem aceito o convite, por mais uma vez terem sido escolhidos e escolhidas, como nada é por acaso, estar nesta sala, partilhando este momento, partilhando este pão, partilhando os sabores e saberes, faz parte da nossa história.”

A solidariedade, ou a condição de duas ou mais pessoas que dividem igualmente entre si as responsabilidades de uma ação, tem profunda relação com a prática do intercâmbio. E aprender, nessa situação, diz algo sobre estar dentro e fora ao mesmo tempo; algo sobre estar fora do **nosso lugar** e abrir espaço para estar com o outro no **lugar dele**; algo sobre perceber o que é importante para além de nós, questionar padrões, evitar julgamentos e conclusões precipitadas.

Praticar intercâmbio é observar e vivenciar, porque é impossível fazê-lo sem colocar os pés e as mãos em contato. E quando isso acontece, abrimos espaço para o novo, aprendemos. Desta forma podemos perceber mais sobre a situação na qual pensamos em intervir.

Essa é uma premissa do intercâmbio: para aprendermos em comunidade precisamos estar inteiramente imersos nela! Podemos até **ler sobre algo** que já existe, mas para **descobrir algo** é preciso mergulhar no contexto em que ele se insere, porque lá está grande parte do conhecimento para germinar e florescer “o outro” que buscamos. “A experiência nunca pode ser concedida, somente descoberta” (KAPLAN, 2005).

Mas antes de nos apressarmos em concluir, em resolver, em conceituar, vale demorar mais um pouco na partilha. É para ela que devemos olhar, não para

o pão. Muitas questões ainda estão sem solução e sem clareza (tudo bem que seja assim), pois esse é um processo aberto – e nos precipitarmos na estruturação de procedimentos e ferramentas para multiplicação revela muito mais da nossa ansiedade em transformar pessoas em estatísticas do que da própria situação vivenciada. “Precisamos acreditar que, se trabalharmos direito, as respostas vão surgir das forças e energias inerentes ao próprio processo vital” (KAPLAN, 2005).

Trabalhamos em um meio que só tem olhos para o pão. Mas o trabalho continua.

# ANEXOS

## Anexo 1 – Lista com nome DAS organizaçõES participaNTES

### 1º Intercambio Regional de Fundos Solidários do Centro-Oeste De 28 a 30 de maio de 2015 – Goiânia / Anápolis / Nazário (GO)

Centro de Estudos e Assessoria (BSB/DF)	Aprobom (Nazário/GO)
Grupo Viveiro Solidário (Planaltina/GO)	Ass. Artesãos de Luziânia (Luziânia/GO)
Cooperveste (Gama/DF)	Fundo Arq. de Solidariedade (Brasília/DF)
Cáritas Cárceres (Cárceres/MT)	PA Ant. Conselheiro (Barra do Bugres/MT)
Feito por Nós (Cuiabá/MT)	Instituto Maria do Bairro (Brasília/DF)
EFA Rosalvo (Maracaju/MS)	Rede Berço das Águas (Goiânia/GO)
Migue Confeção (Cuiabá/MT)	Cáritas Diocese de Cuiabá (Cuiabá/MT)
Cajueiro (Goiânia/GO)	Rede UVA (Tangará da Serra/MT)
ACAA (Anápolis/GO)	Banco Comunitário Pirê (Dourados/MS)
Ass. Novo Progresso (Flores de Goiás/GO)	Ass. Hanaiti Yomomo (Nioaque/MS)
APEL (Iaciara/GO)	Coopercape (Sementes) (Caiapônia/GO)
AMAM (Anastácio/MS)	Família Hip Hop (Santa Maria/DF)
Resgatando Cidadania (Cuiabá/MT)	SRTE GO (Goiânia/GO)
Solidart (Taguatinga/DF)	SENAES/MTE (Brasília/DF)
Costurart (Goiania/GO)	

### 2º Intercambio Regional de Fundos Solidários do Centro-Oeste Dias 11 e 12 de dezembro de 2015 – Cuiabá (MT)

Centro de Estudos e Assessoria (BSB/DF)	Rede Berço das Águas (Goiânia/GO)
Aldeia Mundo (Brasília/DF)	Frente Nacional de Lutas (Brasília/DF)
Família Hip Hop (Brasília/DF)	Ass. Prod. Rur. Bananal (Rondonópolis/MT)
Cooperveste (Gama/DF)	Central de Comercialização (Campo Grande/MS)
Ass. Hanaiti Yomomo (Nioaque/MS)	Central de Comercialização (Cuiabá/MT)
Feito por Nós (Cuiabá/MT)	Ass. Mulheres Jakuí (Barra do Bugres/MT)
EFA Rosalvo (Maracaju/MS)	Ass. Catad. Nova Conquista (Juína/MT)
Migue Confeção (Cuiabá/MT)	Fórum Est. Lixo e Cidadania (MT)
Cajueiro (Goiânia/GO)	Inst. Fed. MT (Cuiabá/MT)
ACAA (Anápolis/GO)	Grupo Esperança (Cuiabá/MT)
Ass. Novo Progresso (Flores de Goiás/GO)	Só Arte (Cuiabá/MT)
Rede UVA (Tangará da Serra/MT)	Mulheres CPA (Cuiabá/MT)
AMAM (Anastácio/MS)	Semeando Saberes e Ação (Jangada/MT)
Resgatando Cidadania (Cuiabá/MT)	Sec. Estadual de Trabalho e Assistência Social MT (SETAS/SATE)
Cáritas Brasília (Brasília-DF)	
Instituto Maria do Bairro (Brasília/DF)	
APROBOM (Nazário/GO)	
Ass. Artesãos de Luziânia (Luziânia/GO)	

## **Anexo 2 – PROGRAMAÇÃO DO 1º INTERCÂMBIO REGIONAL**

### **1º INTERCÂMBIO REGIONAL**

*“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.  
Todos nós sabemos alguma coisa.  
Todos nós ignoramos alguma coisa.  
Por isso aprendemos sempre (juntos)”.*  
Paulo Freire

#### **PARTICIPANTES**

Representantes dos Fundos Rotativos Solidários da Região Centro Oeste acompanhados pelo CEA e Cáritas em seus processos de fortalecimento e ação em Rede.

#### **OBJETIVOS**

- Gerar espaços de diálogos, trocas e aproximação entre os Fundos Rotativos Solidários (FRS) que atuam na região.
- Contribuir para o fortalecimento das articulações dos Fundos Solidários na perspectiva de redes.
- Criar estratégias de articulação e incidência política no sentido de fortalecer a economia solidária, em especial os FRS, a incidir em negociações junto aos poderes estaduais e regionais.

#### **PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DO INTERCÂMBIO**

De 28 a 30 de maio de 2015, na Casa de Retiros Nossa Senhora Assunção (Rua 95, nº 84 – Setor Sul – Goiânia/GO).

#### **EXPERIÊNCIAS A SEREM VISITADAS**

APROBOM (Ass. dos Peq. Prod. Rurais da Região Bom Sucesso, em Nazário-GO); e ACAA (Associação Cultural e Artista de Anápolis, em Anápolis-GO).

#### **DETALHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO**

*“(…) toda manhã se cria num ontem, através de um hoje (...).  
Temos de saber o que fomos, para saber o que seremos”*  
(Paulo Freire)

#### **28 DE MAIO DE 2015**

---

Manhã - Chegada dos/as participantes

12h – Almoço

14h - Acolhida – integração/Mística.

14:30h - Apresentação da proposta do Intercâmbio

14:40h – Proposta de Gestão coletiva durante o Intercâmbio

15h – Diálogo sobre “Concepção de FRS e articulação em Rede: desafios para fortalecer o território”

16h – Trabalho em grupo: o que levamos para cada experiência a ser visitada

16:30 - Intervalo

16:45 – Apresentação das Reflexões em Grupo  
17h - Apresentação e discussão das questões orientadoras para o intercâmbio.  
18h – Encerramento do Dia

#### 29 DE MAIO DE 2015

---

6:30h - Café da manhã  
7:30h – Saída para as visitas  
9:30h – Chegada aos EES. (uma turma em Anápolis outra em Nazário)  
10h – Troca de experiências – momento conduzido por quem recebe os visitantes  
12h – Almoço  
13:30h – Visita à comunidade e ou ao empreendimento e seus produtos e serviços.  
16h – Avaliando a visita – aprendizados e desafios para quem recebe e para quem visita.  
17h – Volta para Goiânia  
19h – Jantar de confraternização

#### 30 DE MAIO DE 2105

---

7:30h Café da Manhã  
8:30h Início das atividades – Plantamos e colhemos e agora o que fazer com os frutos? Em grupos sistematizar os aprendizados  
9:30h – Socializando os aprendizados – aprendendo junt@s  
10:30h – Intervalo  
10:45h – Tecendo elos de convergência entre os FRS – o que nos desafia e o que já é exitoso em nossas experiências.  
11:30h – Avaliando os trabalhos  
12:00h – Encerramento

## **Anexo 3 – QUESTÕES ORIENTADORAS PARA OBSERVARMOS**

### **Intercâmbio Regional de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste (Goiânia, maio de 2015).**

#### **Questões Orientadoras para Observarmos Durante o Intercâmbio**

*“A humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo:  
a de que ninguém é superior a ninguém.”*

*Paulo Freire*

- 1) Que aspectos (do ambiente, político, cultural, econômico, social) observamos no local onde se encontra a experiência visitada?
- 2) Qual contexto de surgimento do fundo?
- 3) Como era antes de ter sido constituído o fundo?
- 4) Qual a importância do fundo para o empreendimento e para a comunidade?
- 5) Quais são as pessoas que este fundo atende? Onde eles vivem? O que elas fazem?
- 6) Como funciona o fundo?
  - a) Controle de quem acessa.
  - b) Gestão.
  - c) Prestação de contas.
  - d) Devolução do recurso.
- 7) O fundo possui alguma parceria? Identifique as parcerias caso tenha?
- 8) O que este fundo tem de comum e de diferente com o fundo que você participa?
- 9) Quais os desafios na gestão do fundo? O que já aprenderam com isso?

Bom Intercâmbio para tod@s!

## **ANEXO 4 – Carta convite e programação do 2º Intercâmbio Regional de Fundos Solidários do CO**

### **CARTA CONVITE**

*“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.  
Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”  
Cora Coralina*

Brasília-DF, 09 de dezembro de 2015.

Gente Querida!

Aproxima-se o final do ano de 2015, e neste período dedicamos uma parte do tempo para avaliar a nossa trajetória de vida durante o caminho percorrido, e ao mesmo tempo o desejo de continuar trilhando novos horizontes. Para nós, do Centro de Estudos e Assessoria - CEA também é um período de afirmação de que é preciso continuar a caminhada com as nossas ações enquanto Projeto de Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro – Oeste e nada melhor do que realizar o Intercâmbio Regional dos Fundos Solidários. O Intercâmbio Regional será um momento de reflexão coletiva e a troca do saber vivenciado no dia-a-dia dos empreendimentos que possuem experiências com Fundos Solidários, e acontecerá nos dias 11 e 12 de dezembro/2015 em Cuiabá nos FRS Cerrado (Central de Comercialização em Economia Solidária do MT) e ao FRS Uirapuru (Centro de Desenvolvimento Humano / Associação Resgatando Cidadania).

Acreditamos que toda caminhada até aqui confirma que os fundos solidários são espaços e instrumentos de resistência, protagonismo e organização da Economia Solidária. Prova disso, estaremos reunidos nestes dias com riquíssimas experiências de fundos solidários do Centro-Oeste, por isso propomos que celebremos juntos/as o DIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA com uma FEIRA DE TROCAS no dia 11 de dezembro, e pedimos que cada um/a traga em sua bagagem muita alegria e seus talentos como poesias, cantos, instrumentos musicais e também um produto para participar da feira de troca, além de fotos e materiais de sua experiência para que aconteça a troca e partilha da vida dos empreendimentos. Vamos juntos/as preparar esse momento com muito carinho, construindo assim espaços do Bem Viver.

Ficaremos felizes em tê-las/os conosco nestes dias, pois será uma oportunidade de realizar uma grande troca de vivências, juntamente com nossos parceiros Aldeia Mundo, Cajueiro (Centro de Formação Assessoria Pesquisa e Juventude) e Fundação Bom Jesus de Cuiabá.

Abraços solidários,

Synara de Almeida - Coordenação Executiva



## PROGRAMAÇÃO

LOCAL: Cetra - Av. Dom Orlando Chaves, 2275 – Várzea Grande/MT

Fundos Solidários e articulação em Rede: desafios para fortalecer o território

Intercâmbio Regional dos Fundos Solidários Região Centro-Oeste

Cuiabá/MT, dias 11 e 12 de dezembro/2015

*“Diante do colar belo como um sonho admirei, sobretudo, o fio  
que unia as pedras e se imolava anônimo para que todos fossem um”  
Dom Helder Câmara*

## PARTICIPANTES:

Representantes dos Fundos Solidários da Região Centro-Oeste acompanhados pelo CEA em seus processos de fortalecimento e ação em Rede.

## EXPERIÊNCIAS A SEREM VISITADAS:

- FRS Cerrado - Central de Comercialização em Economia Solidária do MT; e
- FRS Uirapuru - Centro de Desenvolvimento Humano / Associação Resgatando

## OBJETIVOS:

- 1) Propiciar espaços de troca e reflexão coletiva que permitem as experiências do conhecer, partilhar e dialogar sobre questões e desafios em comum na gestão dos fundos solidários;
- 2) Contribuir para o fortalecimento das articulações dos Fundos Solidários na perspectiva de redes;
- 3) Criar estratégias de articulação e incidência política no sentido de fortalecer a economia solidária, em especial os FRS, a incidir em negociações junto aos poderes estaduais e regionais.

## DETALHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO

Dia 11/12/2015

MANHÃ	TARDE
8h30 - Acolhida e Apresentação dos participantes	14h00 - 3º Círculo - TEMA GERADOR: Redes (vídeo + texto) - como organizar redes solidárias.
9h00 - Apresentação da Proposta do Intercâmbio Regional	15h00 - Apresentação das experiências de FS do Mato Grosso que receberão o intercâmbio
9h15 - Construção de acordos coletivos e equipes de trabalho (sistematização, animação/mística, avaliação, tempo, registro fotográfico, outros);	15h30 - Formação dos grupos para realizar intercâmbio nas duas experiências.
9h45 - 1º Círculo - TEMA GERADOR: Fundo Solidário (vídeo + texto) - análise do processo de acesso ao crédito e de mobilização de recursos para dentro dos empreendimentos e redes do Projeto	15h45 - Intervalo
10h45 - Intervalo	16h00 - Apresentação das questões norteadoras e construção e do roteiro para o intercâmbio
	16h30 - Preparação dos grupos para a visita
	17h00 - 4º Círculo - TEMA GERADOR:

<p>11h00 - 2º Círculo - TEMA GERADOR: Território (vídeo + texto) - diálogo sobre o desenvolvimento local, social e econômico - articulação de fundos territoriais, estaduais e regionais a partir do plano de ação e de redes existentes. 12h00 - Almoço</p>	<p>Sistematização - roda de conversa e acordos mútuos. 18h00 - Intervalo 19h00 - Comemoração do Dia da Economia Solidária – Feira de Trocas</p>
--	---

Dia 12/12/2015

<p>MANHÃ 7h00 - Café da manhã 8h00 - Saída para as experiências 8h30 - Chegada: CCES MT (Grupo 1) e CDH (Grupo 2) 11h00 - Preparação para apresentação da experiência para o outro grupo. 12h00 - Retorno e almoço</p>	<p>TARDE 14h00 - Apresentação dos grupos do intercâmbio 15h00 - Plenária: Avaliação sobre o intercâmbio – propostas e sugestões para as experiências 16h00 - Avaliação Geral e Encerramento</p>
--	---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **Autogestão** – texto de Luigi Verardo in: CÁRITAS BRASILEIRA, *Projeto Centro de Formação em Economia Solidária Brasil. Pedagogia e Autogestão: Reflexões e Socialização da experiência do projeto CFES-CO*. Brasília/DF, 2012, p.11 – 28.
2. CNES – CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Cartilha Diretrizes Políticas Metodológicas para educação e economia solidária – Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012.
3. ELIAS, Marisa Del Cioppo (org). *Pedagogia Freinet: Teoria e Prática*. Campinas, SP: Papirus, 1997. 207p.
4. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2012. 122p.
5. FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 158p.
6. \_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 107p.
7. TAVARES S., COLE, J.M.; AMORIM, G.C.C.; CASTRO, A.M.N.; Educação Popular: diálogo com as teorias de Freinet e Freire. *Quaestio Revista de Estudos em Educação*, v.14, n.2, DEZ. 2012. Acesso em: 23.nov.2015. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/1006>
8. GOMEZ, Margarita Victoria. *O Círculo de Cultura: opção teórico-metodológica na educação*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Prática de Ensino (ENDIPE) em 2014. Acesso em: 23.nov.2015. Disponível em: <http://www.uece.br/endi2014/ebooks/livro2/O%20C%81RCULO%20DE%20CULTURA%20OP%3%87AO%20TE%3%93RICO-METODOL%3%93GICA%20NA%20EDUCA%3%87%3%83O.pdf>
9. SANTOS, Milton. *Espaço do Cidadão*. 7ª. Ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.
10. KAPLAN, Allan. *O Processo Social e o Profissional de Desenvolvimento*. São Paulo: Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social e Ed. Fundação Peirópolis, 2005.



# **Apoio e Fomento as Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste**

---

## **REALIZAÇÃO**



Centro de Estudos  
e Assessoria

SECRETARIA NACIONAL DE  
**ECONOMIA SOLIDÁRIA**

MINISTÉRIO DO  
**TRABALHO**

